

## Século XXI: Exercício de Incertezas

*Introdução por Candido Alberto Gomes e João Casqueira Cardoso  
(editores convidados)*

Mais uma vez desafiados a discutir sobre a educação no século XXI (ainda em números romanos...), estes organizadores renovam a experiência de pisar em areia lábil, numa paisagem de dunas móveis, como a de Saint-Exupéry (2017), com baobás imaginários. Isto porque, de facto, a razão precisa associar-se à imaginação, para cumprir a tarefa. Vejamos: o século XX foi pontilhado de ideias, dramas, tragédias e até comédias. Desdobrou-se em um oceano de incertezas logo em 2001, quando o terrorismo fundamentalista alterou a geopolítica e abriu portas para novas guerras, embora ainda persistissem tênues esperanças de paz. O novo século estava inaugurado! Com velocidade exponencial de mudanças, inclusive nas tecnologias de paz e/ou de guerra, pergunta-se que poderá ocorrer à educação nestes seguintes 80 anos. Que educação? Que aprendentes? Que professores, espécie em alto risco (como se nota em Portugal, onde a crise de vocações estará associada ao envelhecimento acentuado da classe docente)? Cabe notar que ideologias de fora da educação têm alterado finalidades e objetivos, organização “pedagógica”, social e económica, custos e ainda benefícios, distribuídos em proporções diferentes entre distintos grupos. Nos tempos de populismos de várias latitudes, capazes de abalar as democracias tais como as conhecemos, a mentira alcança maior projeção que a verdade e a ideologia, com a sua capa ilusória, internamente coerente, ganha maior prestígio do que a ciência, que busca coerência externa, isto é, com o duro mundo da realidade.

De fato, apesar das Luzes, as emoções sedutoras têm maior peso do que a razão. O mundo das “superstições” não passou, mas arrasta multidões em vários rumos, a correr em busca de fantoches mal arranjados. Um neurologista, ainda no século passado, declarou que o cérebro é tão frágil, além de desconhecido, que lhe basta uma febre para delirar. Numa reedição de fascismos, nazismos, totalitarismos e autoritarismos, todos com promessas salvadoras, temos hoje multidões a delirar sem febre física. E nós a perscrutar horizontes da educação se não sabemos o suficiente do futuro dos sentimentos, da inteligência, das liberdades, dos direitos! “Ora, direis, ouvir estrelas”, declamava antigo poeta da língua portuguesa (Bilac, n.d.).

Há poucos anos um bom urologista abriu um número de *Débat* com o artigo *Ecce homo... artificialis* (Vallancien, 2017). No texto, o autor discute a época dos robôs e da inteligência artificial, a tomar como ponto de partida dois formosos autómatos, Atlas e



Sophia, já envolvidos no binarismo sexual humano, com viés sexista: Atlas, na mitologia, era o titã condenado a carregar os céus nos ombros, ao passo que sofia era a sabedoria dos gregos, feminizada como o raciocínio, a argúcia, a sutileza lógica e verbal, à semelhança de Palas Atenas. Os “simpáticos” autómatos têm embalagens antropomórficas, com vícios humanos. Músculos *versus* sabedoria, ambos fazem muitas coisas, até porque devem “cativar os clientes” e proporcionar altos lucros, inclusive para reinvestimento e, quem sabe, montar um “show” de consumo conspícuo, como nos Estados Unidos da guerra fria anterior, quando famílias de classe média exibiam os carros do ano, ao passo que os trabalhadores soviéticos padeciam nas filas para comprar manteiga (os canhões esperavam muito menos). Em aprofundamento da distopia, em breve poderíamos ter robôs programados para a obsolescência, como gerações de telemóveis. Quem sabe se não teremos um Atlas cosmopolita seria programado para declamar sonetos de amor de Camões? Ou Atlas treinaria meninos para desenvolver a força física, enquanto Sophia, se feminista, ensinaria às meninas a direcionar-lhes a força física, num admirável mundo “novo” azul x rosa?

Estamos, pois, diante de uma esfinge que nos desafia a decifrar ou nos devora. A inteligência artificial confere poder extraordinário a pequeno número de pessoas, capaz de varrer os sistemas constitucionais de “check and balance”. Podemos ter o *Homo artificialis* como o *Homo auxiliium*, finaliza Vallancien (2017). Uma perspectiva é plausível: a ganância imediatista de pequeno grupo humano, com poder e riqueza, pode fazer as paisagens e os seres vivos murcharem e fenecerem. Podem correr a subtrair da Terra os recursos não renováveis e a promoverem um contraste ainda maior entre riqueza e pobreza, uma vez que não há recursos para todos.

No bricabraque deste número, sobre os futuros da educação, tocamos em questões complexas. Poder-se-ia pensar num desfile de sofisticadas soluções para a educação, quem sabe, com implantes “customizados” no cérebro das crianças, ao alcance certamente dos consumidores de mais alta renda. Mas não. Incentivamos, inclusive, aqueles que lidam com a violência escolar, que é milenar, cujas análises mostram o quanto as soluções dependem do relacionamento presencial e da mescla de razão e sentimento, com a capacidade de sentir-se na pele do outro, mesmo pobre, mesmo sem acreditar em si, mesmo sem descartar uma saída e dedicado a atividades, diríamos eufemisticamente, extralegais. Neste sentido, podemos dar crédito ao *Homo artificialis* na qualidade de *Homo auxiliium*.

Diante de tantos desafios, com semelhança de ciência ficcional, que visões de futuro podemos suscitar? Recordemo-nos que em 1990 a Declaração Mundial de Educação para Todos fixou objetivos e metas, em Jomtien, com destaque para a qualidade da educação, nos termos das necessidades básicas de aprendizagem, em vez das simples matrículas. Em 2000, a UNESCO e outros órgãos estatuíram o Marco de Ação de Dakar, com metas para 2015. Persistiram os enfoques da qualidade, democratização e expansão educacionais, no bojo da Declaração do Milênio, com focos nas meninas e minorias étnicas, nos sistemas educacionais afetados por conflitos, catástrofes naturais e instabilidade, na educação e cuidado da primeira infância, na educação primária para todos e na educação de jovens e adultos (Gomes, 2001). Em 2015, a Declaração de Incheon teve como tônica a inclusão social e educacional, na estrutura dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, com o horizonte de 2030. Reiteram-se os compromissos pela educação primária, cuidado e educação da primeira infância,



educação técnica e profissional e já a inclusão na educação superior (UNESCO, n.d.), a par com a exigência (para o ensino primário e secundário) de “acesso livre, equitativo e de qualidade, e que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes”.

Tendo em vista os hiatos em relação às metas, verificados em 2015, críticos podem assinalar a debilidade desses compromissos internacionais. A lembrar o poeta, pode-se mesmo dizer que se está a ouvir estrelas. Em que pesem as limitações das organizações multilaterais e do que talvez se possa denominar de sistema internacional, vale mais definir horizontes para quinze anos do que não o fazer. É com esta referência que se abordam os temas aqui propostos.

Como, pois, se desdobra o presente número? Inicialmente temos artigo sobre os extraordinários mundos novos emergentes das tecnologias. Carlos Ângelo Meneses Sousa, Leonardo Humberto Soares e Ricardo Spindola Mariz desenvolvem *Utopias e Distopias em um Cenário Prospectivo entre a Educação e as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação*. Sejam estas paradisíacas ou amedrontadoras, o trabalho focaliza o setor que, aparentemente, muda mais rápido. A direção do artigo é filosófica, pois sabe-se relativamente muito sobre o “como”, em contraste com os porquês e os para quês.

Em prosseguimento, três artigos abordam as violências nas escolas, hoje tema transversal. Estas historicamente têm praticado a violência simbólica e física, de caráter institucional. Ao mesmo tempo, escolas são palcos e elas próprias alvos de violências, não só de alunos, mas de pais, responsáveis e comunidade. É patente o quanto a violência leva ao desgaste de educadores e educandos, prejudica a assiduidade e possivelmente o aproveitamento. Sobre o assunto, inclui-se neste número o artigo *Opiniões e Percepções dos Professores sobre Bullying: Alguns Resultados de um Estudo Qualitativo*, da autoria de Pedro Cunha, Sandra Pires e Ana Paula Monteiro, seguido do artigo *Violência Escolar: Morte da Escola ou Fênix?*, de Ivar César Oliveira de Vasconcelos. Diante do temor à violência, a escola poderá desaparecer, em favor de alternativas, ou renascer sob novas feições? Segue-se, por fim, o texto de Adriana Lira, *Escola no Século XXI: O Passado Engajado no Presente*, um estudo de caso sobre uma escola de adolescentes. Evidencia como o arcaísmo se encrava num estabelecimento, quando seria simples atentar para as relações sociais e o clima de trabalho.

Na particularização de objetivos e metas, destaca-se *Equidade pela Creche: Uma Resposta Educativa Inovadora para a Primeira Infância*, de Dulce Noronha e Sousa, Cristina Cruz Mateus e Iris Martins Oliveira. Não raro deixada como nível menos prioritário, expõe-se como os primeiros anos de vida são decisivos, o que fundamenta a primeira meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, relativa à educação e cuidado da primeira infância. Igualmente, sobre a primeira infância, tão decisiva para o crescimento e a superação de vulnerabilidades, Maria João Pereira traz seu contributo com o artigo *Cidadania Infantil Ativa em Territórios de Exclusão Social*. Esperamos que este *pas de deux* formado por estes artigos complementares seja interessante e um fomento enriquecedor de diálogo baseado em experiências práticas.

Por fim, encerra este número um artigo dedicado ao mundo lusófono e escrito por Judite Gonçalves de Freitas e João Casqueira Cardoso, intitulado *Le Futur du Droit à l'Éducation dans les États Membres de la Communauté des Pays de Langue Portugaise : État des Lieux*, aponta as lacunas e o caminho a fazer para que mais estudos sejam desenvolvidos sobre o tema do direito à educação nos Estados membros da Comunidade

dos Países de Língua Portuguesa. Se materiais existem (ou não), se os repositórios são cheios (ou vazios), existe um universo feito de carne e ossos, longe da tecnicidade dos mesmos. Um universo que, princípio do século com mais sabor de fim de século, espera que muito mais atenção seja consagrada aos direitos concretos.

Com esta tónica, deixamos à reflexão do leitor que a educação é uma atividade entre seres humanos vivos, não entes artificiais. Como antes citamos o poeta que ouvia estrelas (e não vemos sentido em calcular o mercado de trabalho para poetas), vale concluir com a continuação da sua estrofe, já a prevenir-se contra os céticos (Bilac, n.d.):

Direis agora: “Tresloucado amigo!  
Que conversas com elas? Que sentido  
Tem o que dizem, quando estão contigo?”  
E eu vos direi: “Amai para entendê-las!  
Pois só quem ama pode ter ouvido  
Capaz de ouvir e de entender estrelas”.

*João Casqueira Cardoso e Candido Alberto Gomes*

## REFERÊNCIAS

- BILAC, O. (n.d.). *Via-Láctea*. Belém: Universidade da Amazônia. Retirado de: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000252.pdf>
- GOMES, C. A. C. (2001). *Dos valores proclamados aos valores vividos: Traduzindo os atos e princípios das Nações Unidas e da UNESCO para projetos escolares e políticas educacionais*. Brasília: UNESCO.
- SAINT-EXUPÉRY, A. (2017). *O príncipezinho*. Porto: Porto Editora.
- UNESCO. (n.d.). *Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4*. S/l.
- VALLENCIEN, G. (2017). Ecce Homo... artificialis. *Le Débat*, 1(193), 167-181.

\*

**Received:** July 4, 2019

**Published online:** October 31, 2019

DOI: <https://doi.org/10.25749/sis.18207>

